

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Justiça suspende venda de área do pré-sal pela Petrobras.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	3
Título: Acionistas da Neoenergia negociam fusão da empresa com a Elektro	3
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: ANP poderá reduzir royalty de áreas maduras.....	5
Título: Elétrico leva vantagem em novo cálculo de IPI	6
Título: CTG investe R\$ 3 bi em modernização de hidrelétricas	7
Título: Risco hidrológico entra na conta dos chineses.....	9
Título: Petrobras e fornecedores tentam consenso	10
Título: CVM abre dois novos processos relacionados à petroleira	12
Título: Justiça suspende venda de Carcará	13
Título: Balanço da Usiminas vaza e CVM instaura processo	15
Título: Consumo de aço melhora e aumenta risco de importado	15
Título: Braskem avalia levar sede do México para EUA	17

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Justiça suspende venda de área do pré-sal pela Petrobras**

A Justiça Federal de Sergipe suspendeu a venda da área de Carcará, no pré-sal, da Petrobras para a norueguesa Statoil. O negócio, de US\$ 2,5 bilhões, foi fechado em julho de 2016.

A liminar foi dada pelo juiz Marco Antonio Garapa de Carvalho, da 2ª Vara Federal de Sergipe em ação popular movida por Vando Santana Gomes —que é autor de outras ações contra venda de ativos da estatal.

Em seu despacho, o juiz questiona o valor do negócio e diz que faltou publicidade no processo de venda e estabeleceu multa de R\$ 4 bilhões caso a compradora inicie a exploração na área.

A venda de Carcará foi a primeira operação do plano de desinvestimentos da Petrobras envolvendo área do pré-sal. A estatal transferiu à Statoil sua fatia de 66% no projeto.

Na época, o valor chegou a ser contestado pela Federação Brasileira dos Geólogos (Febrageo), que ameaçou tentar barrar a operação na Justiça.

"Não parece minimamente eficiente, de qualquer ponto de vista, vender uma concessão estatal, sob a alegação de não se ter condições de o explorar, quer sejam condições financeiras quer sejam técnicas, por um preço que não chega a 10% do volume total de óleo esperado do reservatório", afirmou o juiz.

A Petrobras informou que a operação foi finalizada em novembro de 2016, após aprovação de órgãos reguladores e de defesa da concorrência.

Além disso, diz a estatal, a primeira parcela de US\$ 1,25 bilhão recebida da Statoil foi gasta com o pagamento antecipado de dívidas com o BNDES.

A empresa conclui que "tomará todas as medidas judiciais cabíveis em prol de seus interesses".

Até o fim de 2016, a Petrobras havia fechado operações no valor de US\$ 13,6 bilhões, mas muitos negócios têm sido questionados na Justiça.

No fim de fevereiro, a empresa conseguiu derrubar liminar que impedia a venda de duas fábricas em Pernambuco à mexicana Altek, no valor de US\$ 385 milhões.

Em março, derrubou liminar que suspendia a venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) a consórcio liderado pela canadense Brookfield —a maior operação fechada até agora, no valor de US\$ 5,2 bilhões.

Outras três operações, que envolvem campos de petróleo no Rio e no nordeste e a BR Distribuidora, permanecem suspensas por liminar.

Além disso, a companhia terá que reiniciar as operações ainda não concluídas, por determinação do TCU (Tribunal de Contas da União) que impôs mudanças ao modelo de negociação dos ativos.

A meta da Petrobras é arrecadar, com a venda de ativos, um total de US\$ 34,6 bilhões até 2019.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo e Renée Pereira

Título: Acionistas da Neoenergia negociam fusão da empresa com a Elektro

Energia. Com participação nas duas companhias, grupo espanhol Iberdrola já havia tentado juntar as empresas em 2011; conversas entre sócios, que incluem Previ e Banco do Brasil, foram retomadas nas últimas semanas e a ideia é abrir o capital da nova companhia

Os acionistas da companhia de energia Neoenergia - o grupo espanhol Iberdrola, a Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil) e o Banco do Brasil - estão em conversas para fazer uma fusão da empresa com a Elektro, que também é controlada pela Iberdrola. A ideia, se a proposta for levada adiante, é abrir o capital da nova companhia que surgirá da união entre as duas elétricas, apurou o "Estado" com fontes a par do assunto.

As conversas para uma eventual fusão começaram há poucas semanas. Bancos foram contratados para representar as partes e já fizeram reuniões para tratar do tema. Pessoas familiarizadas com o assunto afirmaram que o grupo Iberdrola tentou alinhar a união das duas empresas em 2011, quando adquiriu o controle da Elektro, mas as conversas não avançaram. À época, o grupo desembolsou US\$ 2,4 bilhões pelo ativo.

"Agora, há uma boa vontade da Previ e do Banco do Brasil. Os dois querem sair do negócio. O BB é o que mais tem interesse em deixar a companhia de energia", disse uma fonte. "Antes, não havia espaço para abrir negociações entre as partes."

A fusão entre as duas empresas sempre foi vista como um caminho natural, uma vez que o grupo Iberdrola é acionista comum das companhias. O Estado apurou que o grupo Iberdrola fechou o escritório no Rio de Janeiro e que todas as decisões da empresa são tomadas na Elektro, que fica em Campinas, no interior de São Paulo, o que já indica uma movimentação do grupo espanhol de que a fusão está mais avançada.

Além de três distribuidoras que abastecem 770 municípios nos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a Neoenergia detém 50% de participação na Hidrelétrica Teles Pires, de 1,8 mil megawatts (MW), e 10% em Belo Monte, de 11 mil MW. No ano passado, o grupo faturou R\$ 14,8 bilhões.

Já a Elektro encerrou o ano com receita líquida de R\$ 4,7 bilhões. A empresa detém uma concessionária de energia que abastece 223 municípios paulistas e cinco cidades do Mato Grosso do Sul. "A Elektro tem uma qualidade muito boa e pode melhorar o perfil dessa nova empresa", afirma o presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello.

Saída. A fusão entre as duas companhias pode ser a porta de saída do Banco do Brasil do negócio. "O banco afirmou que não quer ficar em setores que não façam parte do seu principal negócio. No caso da Previ (que soma fatia de 49%, incluindo um dos fundos de investimento), eles serão diluídos e podem sair de uma vez (da empresa)", disse outra fonte.

De acordo com uma pessoa familiarizada com o assunto, não está descartada a possibilidade de o BB vender sua fatia para o grupo espanhol. Mas, segundo fontes, a abertura de capital poderá ser a maneira de costurar a saída de acionistas que não querem ficar na empresa.

No passado, a Iberdrola tentou comprar o controle da Neoenergia, mas as negociações não avançaram por entraves com os sócios. Por volta de 2012, os espanhóis mudaram de

estratégia e colocaram sua parte à venda na empresa. Chegaram a ter boas propostas de investidores chineses, como a State Grid, mas não fecharam um acordo por causa da interferência do governo federal, que não queria o avanço dos asiáticos na área de energia (hoje, numa das piores crises da história do País, os chineses têm comprado vários ativos no setor).

Procurada, a Neoenergia informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não tem nada a comentar sobre o assunto. A Elektro afirmou que "transações dessa natureza e magnitude são avaliadas diretamente pelo acionista", que não respondeu à reportagem. O BB também não comentou. Previ e Iberdrola não retornaram os pedidos de entrevista.

Avanço chinês. A consolidação do setor de energia voltou com força nos últimos dois anos, impulsionada pela recessão brasileira. O avanço dos asiáticos no mercado brasileiro tem sido liderado pela State Grid, que comprou no ano passado 23% da CPFL, por R\$ 5,85 bilhões, que pertencia à Camargo Corrêa. A empresa também adquiriu participações de outros acionistas, num negócio de quase R\$ 15 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Andre Ramalho

Título: ANP poderá reduzir royalty de áreas maduras

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) poderá reduzir a alíquota dos royalties das áreas da Rodada Zero que tiverem seus contratos de concessão renovados, para o patamar mínimo de 5%. A medida consta da minuta de resolução que estabelece a Política Brasileira de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, divulgada ontem pelo Ministério de Minas e Energia.

A redução é uma forma de estimular os investimentos na extensão da vida útil de campos já maduros e cujos contratos de concessão vencem a partir de 2025. A Rodada Zero, realizada em 1998, assegurou os direitos da Petrobras sobre os campos que se encontravam em produção antes da quebra do monopólio da estatal nas atividades de exploração e produção no país. Na ocasião, a estatal assinou contratos de concessão referentes a 282 campos, dentre eles importantes ativos como Marlim e Roncador, na Bacia de Campos.

De acordo com a proposta, a ANP poderá conceder, a seu critério, no âmbito das prorrogações dos contratos da Rodada Zero, uma redução nos royalties cobrados sobre a produção incremental gerada pelo novo plano de investimentos a ser executado a partir da extensão da concessão.

A proposta vai ao encontro da Política Brasileira de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, que tem como diretrizes a maximização da recuperação dos reservatórios, além da quantificação do potencial petrolífero nacional; a intensificação das atividades exploratórias no país; e a promoção da "adequada monetização das reservas existentes".

Na nota técnica que embasou a proposta de política de E&P, o grupo de trabalho criado com o objetivo de propor diretrizes gerais do documento destacou a necessidade de se aumentar a atratividade de projetos de extensão da vida útil dos campos.

"Isso vale especialmente para os campos com contratos de concessão mais antigos (especialmente os da Rodada Zero), que podem ter especial necessidade de incentivos dada a maturidade das instalações e dos reservatórios, de forma que estes ganhem competitividade em uma carteira global de investimento", cita a nota.

Ontem, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou também uma resolução que fixa as diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás. Um comitê técnico foi criado com o objetivo de apresentar em até 120 dias uma proposição de medidas necessárias ao aprimoramento do marco legal do setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marli Olmos

Título: Elétrico leva vantagem em novo cálculo de IPI

A possibilidade de a tributação nos carros no Brasil deixar de se basear nas cilindradas dos motores abre uma grande oportunidade para a venda, no país, de carros puramente elétricos.

Os veículos movidos só a eletricidade são hoje os mais penalizados na cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) porque as alíquotas são calculadas conforme as cilindradas do motor a combustão, um equipamento desnecessário no elétrico, que se move com baterias.

Por não se enquadrar em nenhuma das faixas que leva em conta as cilindradas, o modelo elétrico recolhe alíquota máxima de IPI, de 25%. Mas, se o novo programa contemplar a eficiência energética para a cobrança de impostos, o modelo elétrico seria o mais beneficiado porque gasta e polui menos do que o veículo a combustão.

Num momento em que a sustentabilidade do transporte preocupa todo o planeta, nada mais natural que a cobrança de impostos se baseie na eficiência energética e não na potência. Ou seja, no quanto os carros consomem em combustíveis fósseis e quanto emitem em poluentes.

Nesse cenário, no qual governo e montadoras começam a desenhar uma nova política industrial, ganha também destaque o etanol, estrela brasileira dos combustíveis, que ganhou projeção internacional, mas que até aqui perde vantagem no país toda vez que os preços da gasolina caem.

Todos os fabricantes de veículos estão hoje alinhados à tecnologia do etanol, inclusive para carros híbridos - que levam dois motores, um a combustão e outro elétrico. É consenso na indústria que o etanol pode projetar o Brasil a uma posição de destaque no mundo num momento em que as montadoras são vistas como vilãs na batalha ambiental.

Dar à questão da eficiência energética papel de protagonista no programa que substituirá o Inovar-Auto é, para os fabricantes de veículos, também um caminho para resgatar uma imagem mais positiva num país onde o setor sempre foi visto como um dos mais protegidos pelo poder público.

O fim do Inovar-Auto encerra uma longa história de concessões e incentivos fiscais que governos de distintas ideologias deram de presente à indústria automobilística em troca das promessas de empregos e investimentos no país.

Não fosse o rombo fiscal que atormenta o atual governo talvez essas empresas tivessem a chance de voltar a pleitear incentivos. Afinal, sempre foi em épocas de crise que apareceram os benefícios mais generosos.

Mas, ao mesmo tempo, não cabem mais mecanismos de proteção à produção nacional de carros no país que há cinco meses teve a política de incentivos fiscais para esse setor condenada pela Organização Mundial do Comércio (OMC). É preciso pensar em novas estratégias para essa indústria, que responde por 4% do PIB nacional, não perder seu status.

Não há para onde o setor correr nesse momento a não ser agarrar-se a uma política industrial de longo prazo. E fazer disso uma tábua de salvação para uma atividade que expandiu além do que o consumo interno em crise e a falta de competitividade externa permitiram nos últimos anos. Mudanças nos hábitos de transporte impõem hoje novos desafios em todo o mundo. Nesse quadro, cabe, agora ao Brasil seu papel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: CTG investe R\$ 3 bi em modernização de hidrelétricas

Após investir R\$ 23 bilhões no país e atingir potência instalada de 8,27 gigawatts (GW) em poucos anos, a China Three Gorges (CTG), dona da hidrelétrica de Três Gargantas, vai destinar de R\$ 2,5 bilhões a R\$ 3 bilhões à modernização das usinas Jupia e Ilha Solteira, que pertenciam à Cesp até 2015.

A CTG Brasil está focada na fusão de seus ativos e na modernização das usinas, disse, em entrevista exclusiva ao Valor, Evandro Vasconcelos, vice-presidente de geração da empresa. "Achamos que essa é a nova onda do setor no país", disse, se referindo à modernização das máquinas existentes.

A empresa dividiu o processo em etapas. Inicialmente vai investir na modernização das primeiras quatro máquinas. Foi feita uma licitação com as fornecedoras GE, Andritz e Voith. Esta última venceu o contrato de R\$ 260 milhões, com 15 meses de duração.

"Primeiro fizemos a licitação nacional e só convidamos as empresas que estão no Brasil. Nas próximas etapas, ainda não definimos. Talvez façamos uma concorrência internacional, aí será aberta no mundo todo", disse Vasconcelos. A primeira etapa é vista como um "projeto piloto", para que a empresa possa aprender como será o processo, que é considerado muito complexo.

A CTG ainda não definiu como vai financiar os investimentos. No primeiro contrato com a Voith vai usar capital próprio, mas a companhia está conversando com bancos privados e também com o BNDES.

No total, as duas usinas têm 34 máquinas. A reforma deve ser feita em 10 anos, uma vez que a CTG não pode paralisar as operações de muitas máquinas ao mesmo tempo. "O prazo é esse, mas estamos vendo se conseguimos reduzir para oito anos", disse Vasconcelos.

Com os investimentos, a CTG vai ganhar eficiência e reduzir custos de manutenção, aumentando a confiabilidade das usinas. "Vamos reformar todos os geradores, mantendo praticamente só a estrutura metálica. Vamos trocar serviços auxiliares, que são muito antigos, e trocar sistemas de proteção analógicos por digitais. Isso vai ter um impacto muito grande na operação das usinas, que são operadas hoje manualmente", disse.

Outra questão que a empresa negocia é uma "repotencialização" das usinas, com aumento da garantia física disponível. "Se conseguirmos, talvez tenhamos que trocar turbinas, e o valor do investimento possa ir de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 3 bilhões", disse.

Em relação à revisão da garantia física em implementação pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que deve afetar Jupia e Ilha Solteira, além das usinas que pertenciam à Duke Energy Paranapanema (hoje CTG Paranapanema), o executivo explicou que está discutindo com o poder concedente.

"Há uma cláusula na legislação dedicada a ativos greenfield [novos] que diz que eles têm a garantia física estável por cinco anos", disse. Como o contrato de concessão é novo, resultante do leilão promovido pelo governo em novembro de

2016, a CTG entende ter o direito de manter a garantia física das duas hidrelétricas.

A CTG teve crescimento vertiginoso no Brasil e já é a segunda maior geradora privada do país. A gigante chinesa comprou, em 2015, 308 MW em ativos da Triunfo, por R\$ 1,9 bilhão. No mesmo ano, arrematou as hidrelétricas Jupiá (1,5 GW) e Ilha Solteira (3,4 GW), desembolsando R\$ 13,8 bilhões em bônus da outorga dos ativos. No fim do ano passado, a chinesa comprou os negócios da Duke Energy no país, que somam 2,27 GW, por cerca de US\$ 1,2 bilhão, chegando ao total de 8,27 GW de potência no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: C.M.

Título: Risco hidrológico entra na conta dos chineses

Enquanto se concentra na gestão das aquisições feitas recentemente no Brasil, a gigante China Three Gorges (CTG) segue avaliando novos investimentos no país. A questão do risco hidrológico, porém, tem pesado nas análises da companhia, disse Evandro Vasconcelos, vice-presidente de Geração da CTG Brasil, em entrevista exclusiva ao Valor.

"Nós analisamos novos investimentos, mas as avaliações são feitas sob o ponto de vista de retorno do capital investido", disse Vasconcelos. O problema é que, dos ativos adquiridos recentemente pela companhia, há uma parcela significativa que ainda está exposta ao chamado risco hidrológico, medido pelo fator GSF (na sigla em inglês).

As hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira estão protegidas do GSF nos 70% da garantia física contratados no mercado regulado. Os 30% do mercado livre, porém, estão expostos, o que deve resultar num resultado abaixo do esperado neste ano. "Temos uma parcela de 12% de hedge para este ano, vamos ficar expostos", disse.

Além disso, as usinas da CTG Paranapanema, antiga Duke Energy Paranapanema, têm pouco mais de 800 megawatts (MW) médios de garantia física destinados ao mercado livre, que também não repactuaram o risco hidrológico. As usinas estão protegidas do GSF por uma liminar desde 2015, mas os montantes referentes à exposição são provisionados no balanço da empresa.

"As empresas fazem uma projeção do ano seguinte prevendo como será o resultado, com despesas, investimentos, Ebitda e lucro, e manda para a matriz. A

matriz esperava um lucro que não vai acontecer, o impacto é muito grande", disse Vasconcelos, se referindo aos efeitos do GSF.

As projeções atuais indicam que o GSF pode ser de 16% a 20% neste ano. Isso significa que, para que os reservatórios das hidrelétricas possam ser preservados, elas só poderão gerar de 84% a 80% de suas respectivas garantias físicas ao longo do ano. Se uma fatia maior estiver comprometida, as usinas terão que arcar com a exposição ao mercado de curto prazo, em que os preços estão elevados.

"A grande discussão é essa. O despacho de termelétricas fora da ordem de mérito é correto porque aumenta a segurança do sistema, mas não podemos pagar essa conta que foi feita para a sociedade, tem que ser colocada para o consumidor", afirmou.

Apesar desses problemas, a empresa segue com o objetivo de crescer no país. "A CTG veio para o Brasil para ficar. Até como parte da cultura chinesa, que é milenar, eles não pensam em poucos anos. A companhia está no Brasil e pretende ficar no Brasil", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Andre Ramalho

Título: Petrobras e fornecedores tentam consenso

A Petrobras e a cadeia fornecedora de bens e serviços de óleo e gás prometem travar hoje um intenso debate sobre a capacidade da indústria nacional de construir a plataforma de Libra, estimada em US\$ 2 bilhões. A petroleira e os fornecedores se reúnem, em audiência pública promovida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para tentar chegar a um consenso sobre "conteúdo local factível" para o megaprojeto, localizado no pré-sal da Bacia de Santos e que pode gerar receitas de R\$ 31 bilhões para a União entre 2020 e 2025, segundo estimativas do consórcio.

A estatal e seus sócios (Shell, Total, CNPC e CNOOC) já manifestaram que os percentuais previstos no contrato de partilha, de 55%, na média, para a fase de desenvolvimento da produção, inviabilizam Libra. O consórcio pede à ANP um perdão pelo descumprimento dos compromissos de conteúdo local e tenta contratar a maior parte dos bens e serviços da plataforma no exterior. Os estaleiros nacionais, liderados pelo Sindicato das Empresas de Construção Naval e Offshore (Sinaval), por sua vez, tentam judicializar o caso, mas já se mostram abertos a negociar novos índices para o projeto.

Falta, contudo, um consenso sobre que percentuais de nacionalização são factíveis. A Petrobras e suas sócias propõem contratar integralmente o casco da unidade no exterior, mas trabalham com um conteúdo local de cerca de 25% para a unidade de processo e a integração da plataforma de Libra - índice semelhante ao adotado nas últimas quatro plataformas afretadas pela estatal. Já o Sinaval entende que um patamar factível de nacionalização gira em torno de 45% para a construção completa da plataforma e sondas.

Fabricantes de equipamentos e estaleiros defendem que têm condições de atender a estatal

Fora do processo que discute o perdão para Libra dentro da ANP, o Sinaval questiona na Justiça o pedido de perdão das multas pelo descumprimento dos índices de nacionalização - estimadas pela Petrobras em US\$ 630 milhões - e tenta suspender a licitação internacional para contratação tanto da plataforma de Libra quanto de Sépia, outro projeto no pré-sal.

Ao todo, 27 empresas e associações se inscreveram para participar da audiência sobre o perdão de Libra. A lista inclui fornecedores como Techint, Ecovix, Estaleiro Mauá, Sotreq (Caterpillar), WEG e Usiminas.

Fornecedores de equipamentos e estaleiros defendem que a indústria nacional tem condições de atender à demanda da Petrobras. A estatal argumenta, por sua vez, que na primeira licitação para contratar a plataforma, com os índices de conteúdo local previstos em contrato, houve um sobrepreço de 40% em relação às referências de mercado.

Na ocasião, entre as sete empresas afretadoras qualificadas, apenas a Modec apresentou uma proposta técnica válida. O presidente do Sinaval, Ariovaldo Rocha, contudo, alega que estaleiros como Enseada (BA) e Atlântico Sul (PE) não foram consultados na concorrência.

Empresas como WEG argumentam também que a indústria de equipamentos é competitiva e que a afirmação de que a indústria local entrou em colapso é generalista e não pode ser utilizada como justificativa para concessão de perdões para todos os itens da plataforma.

A cadeia fornecedora, contudo, não está fechada quanto ao assunto. Entre os estaleiros, há quem aceite os percentuais de conteúdo local propostos pela Petrobras. Este é o caso do Brasa, joint-venture entre a SBM Offshore e o Synergy, que prevê fechar seu estaleiro, em Niterói (RJ), até o fim do ano, se não conseguir novos contratos. Embora não veja como "desejável" o percentual proposto pelo consórcio de Libra, de 25% para construção da unidade e integração da

plataforma, o Brasa entende que o número seria suficiente para ajudar a recuperar a indústria.

A Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (ABESPetro), por sua vez, defende que, mais importante do que um conteúdo local de 100% para poucos projetos, é uma política de nacionalização que não trave investimentos e aumente a atividade de exploração e produção no país. A entidade apoia uma solução rápida que permita a contratação da plataforma de Libra ainda em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol

Título: CVM abre dois novos processos relacionados à petroleira

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu dois novos processos sancionadores - quando há uma acusação já formulada. Os dois processos não têm ligação entre si. Um deles analisa o ex-diretor da área internacional da Petrobras Jorge Zelada e os ex-presidentes José Sérgio Gabrielli e Maria das Graças Foster, além de outros ex-diretores, referente à contratação do navio sonda Titanium Explorer.

Esse processo foi aberto em 24 de março. Ele é fruto de resultado de um dos inquéritos administrativos na CVM que apurava eventuais irregularidades relacionadas à possível inobservância de deveres fiduciários de administradores da companhia em relação à contratação do navio sonda Titanium Explorer. Além de Zelada, Gabrielli e Graça, também estão entre os acusados o ex-diretor financeiro e de relações com investidores, Almir Barbassa; o ex-diretor de exploração de produção e exploração Guilherme Estrella; o ex-diretor de engenharia e serviços Renato Duque; e o ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. No momento, a Coordenação de Controles de Processos (CCP) espera a defesa dos envolvidos.

O outro processo, aberto em fevereiro, diz respeito ao atual diretor financeiro e de relações com investidores, Ivan Monteiro.

A Petrobras informou que a autarquia questiona a companhia por não ter divulgado, em maio de 2016, os valores envolvidos na negociação referente à venda da participação da Transportadora do Sudeste (NTS) para um consórcio liderado pela gestora canadense Brookfield.

A estatal informou que não havia segurança quanto aos valores, naquele momento, conforme esclarecimento enviado ao mercado à época. "As negociações para este desinvestimento encontram-se em andamento e não há,

até o momento, qualquer acordo firmado que confira segurança quanto à conclusão da transação ou aos valores envolvidos", diz o trecho destacado pela estatal. Entre os pontos da legislação analisados pela CVM está o trecho da Instrução 358 que afirma que a "CVM poderá determinar a divulgação, correção, aditamento ou republicação de informação sobre ato ou fato relevante". O processo também encontra-se na CCP e aguarda defesa do diretor financeiro da empresa.

A CVM também informou a abertura de novos procedimentos de análise, chamados na autarquia de processo administrativo, que envolve a supervisão de destinação de resultados da Petrobras. O caso está alocado na Gerência de Acompanhamento de Empresas 1 (GEA1) da autarquia. No total, são nove investigações deste tipo atualmente em curso na autarquia.

A autoridade do mercado de capitais tem ainda mais cinco inquéritos administrativos - quando levanta e apura informações - referentes à companhia. Os casos envolvem a refinaria de Pasadena, a construção da Refinaria Abreu e Lima e do Comperj, a contratação da SBM Offshore, e a contratação dos navios sonda Petrobras 10000, Vitória 10000 e Pride DS-5.

Com os processos já instaurados, a CVM passa a ter cinco casos com acusação já formulada envolvendo a Petrobras. Em fevereiro, a autarquia absolveu a União Federal, enquanto controladora da empresa, em julgamento que analisou o contrato entre a petroleira e a Amazonas Distribuidora de Energia, com anuência da Eletrobras. Em decisão unânime, o colegiado entendeu que não houve ingerência da controladora da Petrobras no caso, e que a conduta dos administradores da petroleira à época poderia ter sido questionada no caso em questão, o que não aconteceu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Justiça suspende venda de Carcará

Uma das maiores e mais emblemáticas operações do plano de venda de ativos da Petrobras, a negociação de 66% da promissora descoberta de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, com a norueguesa Statoil, foi suspensa por uma liminar concedida ontem pela Justiça Federal de Sergipe. O valor do negócio, anunciado em julho do ano passado e concluído em novembro, é de US\$ 2,5 bilhões, quase 20% do montante relativo a todos os desinvestimentos divulgados em 2015/2016, de US\$ 13,6 bilhões.

A liminar, concedida pela 2ª Vara Federal de Sergipe, atende a pedido da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), da qual faz parte o Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro - AL/SE), que lidera uma série de ações contra vendas de ativos da Petrobras e tem obtido êxito na Justiça. No caso de Carcará, a FNP argumenta que houve irregularidade na venda do bloco BM-S-8, no qual a descoberta está inserida, que foi feita sem licitação.

"[Carcará] Já tinha sido vendido, fechado contrato, estava em conclusão final desse processo. E através do esforço da FNP, os advogados dos seus sindicatos estão diuturnamente, incessantemente, estudando e trabalhando com muito afinho para derrubar todo esse processo de alienação dos ativos da Petrobras que é danoso ao patrimônio do povo brasileiro", disse Adaedson Costa, diretor da FNP.

Dos US\$ 2,5 bilhões acertados na operação, US\$ 1,25 bilhão foram pagos na conclusão do negócio, em novembro. O pagamento da outra metade está condicionada a eventos subsequentes, como a celebração do Acordo de Individualização da Produção (AIP), relativo à unitização de Carcará. A unitização ocorre quando uma descoberta ultrapassa o limite do bloco e avança para outro bloco ou para uma área ainda não licitada pela União, que é o caso de Carcará. A área unitizável de Carcará será licitada no próximo leilão do pré-sal, previsto para setembro, mas que o governo tenta antecipar para junho.

Em março, a Statoil havia solicitado ao Ibama licença de operação para atividade de perfuração marítima no BM-S-8. Pelo negócio com a Petrobras, a Statoil se tornou a operadora do bloco. Os demais sócios são Petrogal Brasil (14%), Queiroz Galvão Exploração e Produção (10%) e Barra Energia (10%).

Em nota, a Petrobras confirmou a liminar e disse que tomará as medidas judiciais cabíveis.

Já a Statoil não comentou o assunto por não ter sido notificada oficialmente até o momento.

Em março, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou a continuidade do plano de venda de ativos da Petrobras, sob nova versão. Agora, a empresa terá de divulgar cada etapa do processo de venda, incluindo a publicação do inteiro teor do "teaser" (alerta de venda disparado para os potenciais interessados). A estatal pretende obter US\$ 21 bilhões com venda de ativos em 2017 e 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Balanço da Usiminas vaza e CVM instaura processo**

As ações da Usiminas dispararam ontem depois que números do balanço vazaram. Em resposta, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), reguladora do mercado, abriu um processo para analisar o caso. A siderúrgica mineira disse que vai investigar "com todo o rigor" o ocorrido.

"A Usiminas informa que ainda não teve acesso ao conteúdo do processo citado, mas está à disposição da CVM para quaisquer esclarecimentos", disse, em comunicado. "A empresa reitera, ainda, seus elevados padrões de governança e compliance, que garantem total cumprimento às normas que regem o mercado de capitais e esclarece que irá apurar com todo o rigor a ocorrência. A Usiminas afirma que a divulgação dos resultados referentes ao 1º trimestre de 2017 ocorrerá em 20/04/2017."

Os papéis preferenciais classe A da companhia avançaram 7,8% e terminaram o dia em R\$ 3,99. Os ativos, contudo, chegaram a subir mais de 10% e ficaram em leilão na B3 (antiga BM&FBovespa).

Segundo fontes disseram ao Valor, a empresa fechou o primeiro trimestre com lucro líquido próximo a R\$ 110 milhões. Seria o primeiro resultado positivo após dez trimestres consecutivos de prejuízo. O balanço ainda não foi aprovado pela KPMG, auditora independente, nem pelo conselho de administração. Pela legislação, uma empresa de capital aberto tem de garantir isonomia de informações aos investidores - dados desse tipo não podem vazar.

Com esse vazamento e a informação que circulou na imprensa de outros dados, a Usiminas enviou fato relevante sobre o primeiro bimestre. No período, o lucro foi de R\$ 121 milhões, e o Ebitda, de R\$ 366 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: R.R.****Título: Consumo de aço melhora e aumenta risco de importado**

Depois de dois anos bastante difíceis, o mercado siderúrgico começa a parecer menos pressionado. Se for considerado um período cheio de 12 meses, para se ter ideia do efeito anualizado, já são seis meses de recuperação do consumo aparente. Mas nem todas as empresas estão mais tranquilas: se em aços planos,

fabricados por Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), principalmente, o alívio é evidente, para o segmento de longos, liderado pela Gerdau, a situação é mais complicada.

Além disso, percebe-se um maior risco de que a retomada da procura por aço seja capturada, em grande parte, pelos importados, em meio ao encarecimento do produto nacional em relação com o estrangeiro.

As informações do Instituto Aço Brasil até fevereiro - último resultado disponibilizado pela entidade - mostram que há pelo menos cinco meses consecutivos o consumo aparente, que reúne produtos nacionais e importados, registra alta. Nos 12 meses até fevereiro, a demanda foi de 18,54 milhões de toneladas, ante 18,12 milhões de toneladas antes de essa retomada se iniciar.

Entretanto, há uma diferença entre os produtos planos, destinados principalmente aos setores automotivo e de linha branca, e os longos, para construção civil em geral. No caso do segmento de planos, o consumo há seis meses registra alta - de 6% nesse período. Em longos, o patamar está praticamente estagnado nos seis meses citados - recuo de 2%.

Dados recentes da indústria automotiva apontam para uma retomada na produção, em um primeiro momento alimentada pelas exportações do setor, mas agora também com base em consumo interno maior. Um dos principais compradores de aços planos, inclusive, tem sido o segmento de máquinas agrícolas - a atual supersafra agrícola estimulou a renovação da frota. Participantes do mercado também citam a procura maior do consumidor por eletrodomésticos como outro fator para impulsionar as vendas.

Pelo lado da construção, os lançamentos residenciais e comerciais seguem congelados em meio a muita incerteza quanto ao potencial de pedidos por causa da economia ainda fraca. Piora a demanda por aços longos também a espera pelo início dos trabalhos de projetos de infraestrutura.

Mas o movimento de recuperação observado em alguns clientes da siderurgia não está sendo capturado por completo pelas empresas nacionais. Isso porque o preço do aço na China e nos Estados Unidos, que registrou forte alta no fim do ano passado, se estabilizou no começo de 2017. A partir de março, o movimento até se inverteu, com o início de uma queda. Soma-se a esse fator a valorização do real ante o dólar, que tornou a importação mais barata e ajudou os produtos estrangeiro a abocanharem parte do mercado.

Os mesmos dados do Aço Brasil indicam que em fevereiro - ainda levando em conta o período de 12 meses - a participação do importado no consumo aparente

atingiu o maior nível desde maio, 11,1%. Em aços planos, a penetração voltou a patamares de junho, de 9,4%, e em longos, o maior desde março, de 13,7%.

No último ano, volume de produto importado subiu 229 mil toneladas, 39% do crescimento do consumo aparente

O avanço da importação ainda está dentro da normalidade do setor, considerando tempos nos quais o consumo não era tão baixo. Mas participantes do mercado creem que o risco do importado aumentou nos últimos meses. O Citi, por exemplo, escreve em relatório que entende o temor dos investidores em relação ao crescimento das compras de produtos do exterior, mas espera sustentação dos preços internacionais.

Uma fonte que acompanha há muito tempo o setor afirma que as usinas parecem estar testando o mercado para saber se esse risco vai, de fato, se concretizar. O trabalho tem de ser analisado dia a dia, acrescenta, a depender de como se comportam câmbio e os preços internacionais.

Com o real mais forte e a perda de valor do aço lá fora, essa fonte, que não quis se identificar, calcula que o prêmio do produto nacional sobre o importado já está em 20% no caso dos planos laminados a quente. Para os laminados a frio e galvanizados, por outro lado, a proporção em alguns casos passa de 30%. "E até agora ninguém deu desconto algum para os clientes, o que tem aberto espaço para importadoras."

Esse cenário pode representar para as usinas brasileiras uma perda do processo de retomada da demanda que se desenha. Até agora, ainda em referência à análise do período de 12 meses, o consumo de aços planos aumentou em 592,8 mil toneladas desde que começou a subir, em agosto. Ao mesmo tempo, a importação aumentou em 229,6 mil toneladas. Ou seja, 39% do crescimento ficou com o aço estrangeiro.

Enquanto isso, as vendas internas de planos continuam em alta, com volume 5,3% superior ao de maio, mínima recente da série histórica. No caso de longos, a situação é dramática: em 36 meses, foi registrado avanço apenas em um deles, dezembro de 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Braskem avalia levar sede do México para EUA

A sede da Braskem Idesa poderia ser transferida do México para os Estados Unidos, diante das ameaças do presidente Donald Trump de fechar o mercado americano a produtos do país vizinho, de acordo com o empresário Emílio Odebrecht. Ao fim de um dos depoimentos prestados ao Ministério Público Federal (MPF), Emílio, que é sócio e presidente do conselho de administração do grupo Odebrecht, controlador da Braskem, afirmou que o assunto está em estudo.

A Braskem, porém, nega a informação. "A Braskem não cogita transferir a sede do seu complexo petroquímico do México para os EUA e para nenhum outro país", informou em nota. A petroquímica brasileira tem participação de 75% no complexo construído em Nanchital e a mexicana Idesa é dona de 25%.

Em seu depoimento, Emílio falava sobre a lógica da indústria petroquímica e estratégia de mercado e logística quando citou a situação enfrentada pela companhia no México após a eleição de Trump. Conforme o empresário, a ida da Braskem para aquele país, no que teria sido o maior investimento brasileiro no exterior (US\$ 5,3 bilhões), foi baseada no aproveitamento do gás natural disponibilizado pela Pemex.

O etano, uma das frações do gás, é transformado em eteno, matéria-prima para a produção do polietileno. Da Pemex, a Braskem Idesa compra o etano por meio de um contrato de longo prazo. Mas o mercado consumidor, disse Emílio, "é todo americano".

"Por isso que, inclusive, essa posição do Trump... Então nós estamos pensando inclusive... esses artifícios que o empresário não tem jeito... Nós estamos pensando em transferir provavelmente a sede da nossa empresa do México para os Estados Unidos, porque tudo o que ela produz no México é para o mercado americano. Já que o mercado americano via esse novo presidente está definindo um programa de taxaço, de impedimento, etc, então é diferente você ter uma empresa americana lá. Então estamos estudando", afirmou.

A declaração de Emílio sobre o mercado da Braskem Idesa diverge do que a petroquímica brasileira vem indicando como estratégia comercial da operação no México, com foco voltado ao mercado doméstico. O país consome 2,1 milhões de toneladas por ano de polietileno e cerca de dois terços correspondem a importações.

A produção no complexo da Braskem e da Idesa, de pouco mais de 1 milhão de toneladas por ano, não será capaz de atender a toda a demanda local abastecida pela resina importada. À época da inauguração do complexo, no ano passado, o presidente da Braskem Idesa, Roberto Bischoff, afirmou que em um período de

três a cinco anos, a empresa planejava ter 80% a 90% da produção total destinada ao mercado mexicano.

No fim do depoimento, o empresário afirmou que não é fácil lidar com idiossincrasias de políticos. Pouco antes, Emílio falava sobre a compra da Suzano Petroquímica pela Petrobras em 2007, em operação que surpreendeu a indústria e teria contrariado um compromisso do governo Lula, de que o setor petroquímico no país não seria reestatizado. "Foi uma indisciplina da Petrobras contra um posicionamento do governo, que é o grupo controlador", comentou.

Dois dias depois de o negócio ser anunciado, contou o empresário, ele e o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniram e, no encontro, Emílio expressou sua contrariedade com a operação. Lula teria respondido que o negócio seria desfeito ou outra alternativa seria encontrada. "Moral do negócio: a Petrobras foi obrigada a vender uma parte para a Unipar ", contou, referindo-se à constituição da petroquímica Quattor em 2008, na qual a estatal passou a ter participação relevante, mas não o controle.

MME / ASCOM .